

**ORGANIZATION OF
AFRICAN UNITY**

**ORGANIZAÇÃO DA
UNIDADE AFRICANA**



**ORGANISATION DE
L'UNITE AFRICAINE** Pág.

منظمة الوحدة الأفريقية

Addis Ababa - Ethiopia P. O. Box: 3243 Tel. 51 77 00 Telex: 21046 Fax: (251 1) 51 30 36

(Lxxviii)

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL
SOBRE O DESDOBRAMENTO DE UMA MISSÃO
DE OBSERVAÇÃO PARA A RECOLHA DE ARMAS
EM ANJUÃO NO QUADRO DA IMPLEMENTAÇÃO
DO ACORDO QUADRO PARA RECONCILIAÇÃO
NAS COMORES

**RELATÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL SOBRE O DESDOBRAMENTO DE
UMA MISSÃO DE OBSERVAÇÃO PARA A RECOLHA DE ARMAS EM
ANJUÃO NO QUADRO DA IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO QUADRO
PARA RECONCILIAÇÃO NAS COMORES**

I. INTRODUÇÃO

1. Por ocasião da sua 75ª Sessão, realizada a 22 de Agosto de 2001, em Adis Abeba, a nível de Embaixadores, informei o Órgão Central dos esforços da OUA, dos países da região, assim como do resto da Comunidade Internacional para a implementação do Acordo-Quadro para a Reconciliação nas Comores, assinado a 17 de Fevereiro de 2001. No meu relatório, realcei algumas questões que ainda estavam pendentes, tais como o problema da recolha das armas, o do governo de união nacional de transição e a adopção do projecto de constituição.

2. No termo das suas deliberações, o Órgão Central havia, entre outros, reafirmado a determinação da OUA a continuar a assistir as partes comorianas nos seus esforços de reconciliação, regozijou-se dos progressos realizados na implementação do Acordo-Quadro para reconciliação nas Comores e encorajou as partes a criarem as outras sub-comissões previstas pelo Acordo, nomeadamente a sub-comissão responsável pela recolha das armas e a da reinserção dos jovens, com vista à conclusão rápida do processo de reconciliação.

3. Desde então, os esforços para a implementação do Acordo-Quadro para a Reconciliação nas Comores prosseguiram, apesar dos atrasos consideráveis registados pelo facto, por um lado, das dificuldades ligadas ao funcionamento dos diferentes comités e sub-comités estabelecidos no quadro da implementação do Acordo e, por outro lado, da instabilidade que prevalece em Anjuão desde o derrube do Coronel Abeid, a 9 de Agosto de 2001. Com efeito, uma primeira tentativa de golpe contra as novas Autoridades de Anjuão teve lugar a 27 de Agosto de 2001. Duas outras tentativas tiveram lugar a 24 de Setembro e a 2 de Novembro de 2001.

4. A cada momento, o Secretariado Geral reagiu aos acontecimentos de Anjuão deplorando a instabilidade que perdura nesta ilha e que poderia prejudicar o processo de reconciliação na República Federal Islâmica das Comores. O Secretariado sempre exortou também as partes comorianas envolvidas a comprometerem-se firmemente na implementação do Acordo-Quadro. Finalmente, o Secretariado reiterou, de maneira constante, o empenhamento da OUA a continuar a apoiar o processo de reconciliação nacional nas Comores e a trabalhar em estreita cooperação com os seus parceiros no seio da comunidade internacional para este efeito.

5. Entretanto, apesar destes acontecimentos, o ante-projecto de constituição, adoptado pelos peritos desde o dia 3 de Agosto de 2001, foi examinado por ocasião das diferentes reuniões da sub-comissão das Leis, da Comissão Tripartida e do Comité de Acompanhamento, que o concluiu por ocasião da sua 7ª Sessão Ordinária que terminou os seus trabalhos a 26 de Setembro de 2001. No decorrer da sua 8ª Sessão Ordinária, iniciada a 6 de Outubro de 2001, o Comité de Acompanhamento, alargado à Mesa da Comissão Tripartida, da Comissão Nacional Eleitoral Independente e da Sub-comissão das Leis, aprovou o Projecto de constituição e fixou o dia 23 de Dezembro de 2001, a sua submissão ao Referendo. O projecto de Constituição foi oficialmente entregue ao Chefe de Estado, o Coronel Azali Assoumani, a 8 de Outubro de 2001, no Palácio do Povo em Moroni.

6. Na perspectiva da organização do Referendo constitucional, o governo comoriano e as Autoridades de Anjuão reiteraram constantemente a sua preocupação perante a necessidade de criar as condições propícias, nomeadamente através da recolha das armas. A fim de assistir as partes comorianas nesta tarefa, o Secretariado Geral solicitou o apoio da África do Sul com vista ao envio de um perito militar. A África do Sul respondeu positivamente ao pedido do Secretariado, colocando à sua disposição um oficial militar que se encontra nas Comores desde 11 de Novembro de 2001. Além disso, e com vista a contribuir para a instauração de um clima de serenidade em Anjuão, o Escritório de Ligação da OUA em Moroni, remeteu às autoridades anjuanesas, a 4 de Outubro de 2001, uma contribuição de 70.000,00 \$EU, constituída por uma contribuição Sul Africana de 50.000,00 \$EU e uma contribuição da OUA no valor de 20.000,00 \$EU a título da assistência humanitária.

7. Tendo em conta a urgência das actividades que se anunciam, o Secretário Geral pediu ao seu Enviado Especial, Sr. Francisco Madeira, a deslocar-se às Comores a frente de uma delegação integrando, pela ocasião, um funcionário militar da Organização. A Missão do Enviado Especial, que esteve na República Federal Islâmica das Comores de 5 a 8 de Novembro de 2001, tinha, entre outros, por objectivos avaliar os progressos realizados na implementação do Acordo-Quadro, à luz da finalização do projecto de constituição, e dos preparativos com vista ao referendo, assim como examinar, em colaboração com o grupo de peritos militares, as modalidades práticas da recolha das armas.

8. O Enviado Especial manteve conversações com o Coronel Azali e com todas as partes comorianas, incluindo as Autoridades Anjuanesas. Todas as partes comorianas reiteraram-lhe a sua determinação a levar a cabo o processo de reconciliação. Elas reconheceram igualmente a urgência da operação da recolha das armas.

II. A RECOLHA DAS ARMAS

9. Recorde-se que o Acordo-Quadro instituiu uma sub-comissão técnica que é responsável pela recolha das armas e pela reinserção dos jovens. Esta sub-comissão é composta por cinco peritos nacionais.

10. Com vista a permitir a realização de um referendo livre e sereno, todas as partes comorianas mais particularmente as Autoridades de Anjuão, consideraram que as operações de recolha das armas deveriam iniciar antes do início da campanha para o referendo, prevista no início do mês de Dezembro de 2001. Exprimiram igualmente o desejo de serem assistidas por peritos internacionais. Numa carta datada de 24 de Agosto de 2001, que endereçou ao Secretário Geral da OUA, o Comandante Bacar lançava um apelo premente a toda a comunidade internacional e particularmente a OUA para que organizem, com urgência, uma operação de recolha das armas em circulação em Anjuão, que, segundo ele, pode, logo que houver o mínimo incidente, mergulhar a Ilha numa situação de anarquia. Este apelo foi reiterado numa correspondência de 4 de Novembro de 2001, endereçada ao Secretário-Geral.

11. Por seu lado, o governo comoriano endereçou notas verbais a alguns países da região (África do Sul, Madagáscar, Maurícias, Seychelles), assim como ao governo francês, solicitando o seu apoio e pedindo-lhes a fornecer observadores militares para garantir o bom andamento das operações de recolha das armas e criar um clima de confiança entre os anjuanenses. A seguir, o governo comoriano enviou, a 13 de Outubro de 2001, uma nota verbal ao Escritório de Ligação da OUA em Moroni, com vista a solicitar a assistência da OUA para reforçar o pedido que submeteu junto dos quatro (4) países.

12. Tendo em conta a importância que reveste a operação de recolha das armas, o Secretário Geral decidiu incluir na delegação, chefiada pelo seu Enviado Especial, um funcionário militar da OUA. Um dos aspectos da missão do Enviado Especial, era, com efeito, consultar as partes comorianas sobre o papel esperado da OUA na operação de recolha das armas e estabelecer um contacto com o grupo de peritos militares nacionais e internacionais, com vista a submeter-me propostas concretas sobre as modalidades práticas da recolha das armas em Anjuão, e determinar as necessidades logísticas e financeiras requeridas para o efeito. O oficial militar da OUA prolongou a sua missão às Comores a fim de participar numa reunião de peritos militares que teve lugar em Anjuão, de 10 a 12 de Novembro de 2001.

13. Por ocasião das conversações que o meu Enviado Especial teve com os diferentes responsáveis anjuanenses, tanto civil como militar, estes últimos informaram-lhe que não existia nenhuma loja de venda de armas (armaria) em Anjuão, enquanto que inúmeras pessoas na posse de armas, nomeadamente militares, estariam dispostas a entregar essas armas na condição que sejam depois armazenadas com segurança. O Enviado Especial recomendou que a OUA dê uma

contribuição de 50.000,00 \$EU para a reabilitação dos paióis cujo custo total eleva-se a mais de 100.000,00 \$EU. O Secretário Geral deu o seu acordo de princípio.

14. A conciliação dos números feita pelos peritos militares comorianos entre o número de armas recenseadas em Anjuão, antes de 3 de Agosto de 1997 (data do início da crise separatista) nos quartéis da polícia e da força de defesa comoriana com o número actual de armas, permitiu determinar aproximadamente o número de armas a recolher, que se eleva a 415, incluindo todas as categorias. Elas compõem-se nomeadamente por:

- i. 313 armas recebidas por militares regulares e registadas no registo da polícia, assim como armas abandonadas durante a tentativa de desembarque do exército nacional em Anjuão, a 3 de Outubro de 1997;
- ii. duas armas na posse de um civil;
- iii. uma arma recolhida em Mohéli, junto a um indivíduo envolvido na penúltima tentativa de golpe em Anjuão;
- iv. 99 armas a procurar pela polícia, em toda a Ilha de Anjuão.

15. Nenhum acréscimo adicional de armas e munições provenientes do exterior foi registado na Ilha até à presente data. Além disso, nenhuma informação sobre munições e explosivos não explodidos está disponível.

16. A reunião de peritos militares nacionais e internacionais que teve lugar em Mutsamudu, de 10 a 12 de Novembro de 2001, permitiu discutir e determinar as modalidades práticas, assim como a organização e o calendário das operações de recolha das armas.

17. À luz das suas discussões com os peritos militares, a delegação da OUA, chefiada pelo meu Enviado Especial, propôs o desdobramento rápido de uma missão militar de observação, segundo o plano de operação seguinte:

- a) O mandato da missão militar de observação consistirá em:
 - supervisionar o bom andamento das operações de recolha das armas que serão conduzidas pelos comorianos;
 - verificar e controlar o respeito dos procedimentos da recolha das armas;
 - assumir um papel de mediador em caso de conflito durante as operações.

b) Sugere-se que um total de 16 observadores militares, em razão de quatro (4) oficiais por país, seja fornecido pelos países seguintes da região: África do Sul, Maurícias, Madagáscar e Seychelles e que estes oficiais sejam enviados à Anjuão antes do fim do mês de Novembro de 2001. Recorde-se que as Seychelles já indicaram que não poderiam fornecer observadores militares. Este país deverá, portanto, ser substituído por um outro país da região.

c) As partes comorianas recomendaram vivamente a participação da França, em razão do impacto psicológico que poderia ter numa operação de recolha das armas. A este propósito, o Secretário Geral endereçou uma correspondência ao Ministro Delegado da França para a cooperação, a fim de o informar deste pedido das partes comorianas e solicitar o apoio logístico e financeiro da França.

d) Aspectos organizacionais.

As operações de recolha das armas na Ilha de Anjuão serão executadas pelos militares anjuaneses com a assistência de dois (2) oficiais da Grande Comore, membros do comité de peritos nacionais, e sob a supervisão dos dezasseis (16) observadores internacionais.

e) Duração da missão: Uma duração mínima de vinte e um (21) dias é necessária.

f) Financiamento da Missão pela OUA e eventualmente por outros países doadores.

g) Meios logísticos:

Tendo em conta a duração muito curta da missão, a reunião de peritos achou mais vantajoso recorrer, tanto quanto possível, à locação no terreno, de meios logísticos assim como a uma eventual assistência das ONGs presentes no terreno ou das agências das Nações Unidas (o PNUD, por exemplo), do que comprar equipamentos no exterior, que levariam muito tempo a chegar ao seu destino. Os seguintes meios serão necessários para as operações de recolha das armas:

i. Transporte

- Nove (9) veículos, dos quais dois (2) já estão disponíveis no Escritório de Ligação da OUA nas Comores.

ii. Comunicações

- quatro (4) estações de rádio HF fixas, das quais três (3) estão disponíveis no Escritório de Ligação da OUA em Moroni; o quarto posto será enviado a partir de Adis Abeba.
- Cinco (5) estações HF móveis, que poderão ser enviados de Adis Abeba (depósito logístico do Secretariado Geral).
- Um telefone satélite (depósito logístico da OUA).

iii. Meios Burocráticos: a alugar no terreno -

No PC: - dois (2) computadores com impressoras e UPS (baterias para reserva de corrente)

- a. uma (1) fotocopadora
- b. um (1) aparelho de fax
- c. Artigos de Escritório

iv. Combustíveis e lubrificantes para as viaturas.

h) Custo Estimativo da Missão

O custo estimativo da missão eleva-se à **105.818,00 \$EU**. Este custo estimativo foi preparado a título indicativo e tem em conta certos parâmetros, tal como a possibilidade de alugar certos materiais e equipamentos destinados à Missão. Tem em conta o transporte para e de Anjuão dos observadores e de certos equipamentos enviados de Moroni e de Adis Abeba, os seguros e as ajudas de custo dos observadores militares, os artigos de escritório, assim como os indemnizações do pessoal local.

i) Calendário

d-5: Início da campanha de sensibilização

dia d: Chegada dos observadores internacionais.

d+1 a d+2: Instalação dos Observadores Internacionais e preparativos da missão

d+3 a d+10: Início da entrega voluntária das armas

d+11 a d+18: Investigação e recuperação das armas residuais

d+19: Desmantelamento da missão

d+20: Partida da missão.

III. OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

A. Observações:

18. Todas as partes comorianas reconhecem a urgência de proceder à recolha das armas, isto, o mais cedo possível. Esta operação é tecnicamente viável, e o apoio de todas as partes, incluindo a sociedade civil, é crucial para assegurar que se fará em condições de calma e serenidade.

19. Entretanto, aparece uma tendência a nível dos dirigentes de Anjuão que quer exigir em paralelo à recolha das armas, o pagamento dos salários atrasados e a reestruturação das forças de segurança. Uma tal operação necessitaria de muito mais tempo e será, por conseguinte, difícil a realizar antes da organização do referendo.

20. Qualquer seja a decisão dos comorianos sobre esta questão, é imperativo que a médio termo, as disposições legislativas relativas à detenção e à posse de armas em Anjuão e em todo o país, sejam reforçadas.

21. No decorrer das conversações que a delegação teve com as Autoridades de Anjuão, estas indicaram que tinham começado por lançar um apelo aos militares e à população a favor da entrega voluntária das armas. Porém, é difícil determinar, neste momento, os resultados deste apelo.

B. Recomendações:

22. À luz das observações acima indicadas, o Órgão Central poderia decidir:

- i. Autorizar o Secretário Geral a enviar, com urgência, uma missão militar de observação da OUA durante as operações de recolha das armas, em conformidade com o plano de operações descrito no parágrafo 17 deste relatório.
- ii. Exortar os países membros referidos a fornecerem rapidamente observadores militares para a missão da OUA.

- iii. Reiterar o seu apelo a todas as Partes comorianas para que implementem o Acordo-Quadro para a reconciliação nas Comores e criem as condições favoráveis para a realização do referendo constitucional, previsto a 23 de Dezembro de 2001.